

O português angolano e a variação léxico-cultural no hip-hop: um exemplo com Yannick Afroman

*Alexandre António Timbane
Yuran Fernandes Domingos
Euclides Victorino Silva Afonso*

Instituto de Humanidades e Letras
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2019.36/pp.103-123>

Resumo

O hip-hop surge em zonas periférica das cidades. Em Angola, o grupo é constituído por jovens rejeitados, marginalizados pelo poder. Nas letras se exalta do cotidiano as diferenças sociais. Sendo assim, as letras das músicas dos cantores angolanos revelam traços característicos da variedade angolana do português. Levantando o problema da pesquisa questionou-se os traços linguísticos que caracterizam a variedade angolana do português e quais aspectos culturais que estão por detrás? A pesquisa visa compreender traços linguísticos da variedade angolana do português. A pesquisa é bibliográfica cruzada com a documental composto por dois álbuns: “Mentalidade” (2008) e “Terra a terra” (2013). Para as análises transcreveu-se para facilitar análise dos fenômenos linguísticos. Concluiu-se que Afroman revela angolanismos que denunciam traços que se inclinam à norma angolana do português. Observa-se o uso de expressões, vocabulário e construções sintáticas próprias dos angolanismos que marcam a identidade sociocultural.

Palavras-chave: Hip-Hop; Língua; Angolanismos; Cultura; Léxico.

Abstract

Hip-hop appears in peripheral areas of cities. In Angola, the group is made up of rejected youths, marginalized by power. In the letters, social differences are exalted from everyday life. Thus, the songs lyrics of the Angolan singers reveal characteristic features of the Angolan variety of Portuguese. Raising the problem of the research questioned the linguistic traits that characterize the Angolan variety of Portuguese and which cultural aspects are behind? The research aims to understand linguistic traits of the Angolan variety of Portuguese. The research is cross-bibliographical with the documentary composed by two albums: “Mentalidade” (2008) and “Terra a terra” (2013). For the analyzes it was transcribed to facilitate analysis of the linguistic phenomena. It was concluded that Afroman reveals Angolanisms that denounce traits that incline to the Angolan norm of Portuguese. It is observed the use of expressions, vocabulary and syntactic constructions proper to the Angolanisms that mark the socio-cultural identity.

Keywords: Hip hop; Language; Angolanisms; Culture; Lexicon.

Introdução

Em todas as sociedades, a língua é o instrumento mais importante de comunicação entre os humanos. Saussure, o ‘Pai da linguística moderna’ define a língua como “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa facul-

dade nos indivíduos” (Saussure, 2006:17). Isso significa que a língua resulta de uma construção social e não de um indivíduo isolado ou de um grupo restrito de especialistas em línguas. Portanto, a norma-padrão foi ‘inventada’ pela Política Linguística não é língua materna de ninguém e ela se liga à gramática normativa.

A ‘verdadeira’ língua de um povo é aquela que ocorre na fala de forma natural resultante da construção mútua da sociedade. Por essa razão, Saussure chamou atenção à necessidade de compreender a língua como entidade social criada e convencionalizada pelo corpo social (Saussure, 2006). O linguista norte-americano William Labov veio a reforçar em parte a ideia saussureana ao divulgar nos anos 60 a ‘Teoria da variação’ ou a ‘sociolinguística variacionista’ definindo-a como a teoria do “estudo a língua em seu contexto social” (Labov, 2008).

Os discípulos labovianos defendem ser inútil estudar a língua fora do seu contexto social. Desta forma coletam e estudam dados reais da comunicação extraídos da fala real sem privilegiar a artificialidade da língua. Cabe à sociedade preservar, consolidar e expandir a língua pelas novas gerações. Não existe uma língua viva que esteja estática enquanto instrumento de comunicação. O português surgiu do latim vulgar na península Ibérica e se espalhou pelo mundo por meio da colonização. Hoje, na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa não se fala português da mesma forma. Não se trata de ‘desvio’, muito menos de ‘falar errado’ ou ‘feito’ (Bagno, 2015), mas sim de um percurso normal de qualquer língua influenciada pelas variáveis socioculturais e linguísticas.

Não tem sido estranho dizer que existe inglês britânico, americano, australiano, sul-africanos e por aí em diante. Por que se torna estranho quando se fala de português angolano ou são tomense? A variação revela realmente que há um processo natural que ocorre entre as línguas ao longo dos tempos e em determinados espaços geográficos. Deixamos clara a ideia de que existe uma única **língua portuguesa** no espaço lusófono, que corresponde aos elementos abstratos (depositados no sistema linguístico) que permitem a intercompreensão entre os falantes. Qualquer variação (lexical, semântico ou fonológico) resulta das variáveis extralinguísticas. Por exemplo: a primeira refeição do dia em Portugal se chama ‘pequeno-almoço’, em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau se chama ‘matabicho’ e no Brasil se chama ‘desjejum’, ‘café da manhã’ ou ‘quebra-jejum’. A variação no espaço lusófono é mais escancarada em nível lexical e fonológico. A língua é um sistema abstrato que permite aos falantes uma intercompreensão mútua, mas o desvio se torna inevitável no léxico, na semântica e na fonologia.

Sendo assim, as letras das músicas dos cantores angolanos revelam traços característicos da variedade angolana do português. Levantando o problema da

pesquisa questionou-se os traços linguísticos que caracterizam a variedade angolana do português e que aspectos culturais estão por detrás? Como hipóteses, avança-se a ideia de que uma das características do português angolano se situa em nível do léxico/semântico, pois ocorre a entrada de várias unidades lexicais provenientes de línguas africanas; O português de Angola apresenta estrangeirismos que carregam elementos históricos e culturais e; o léxico das músicas carrega uma identidade sociocultural dos jovens angolanos.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender traços linguísticos da variedade angolana do português. Especificamente, a pesquisa visa **a)** identificar nas letras das músicas de Yannick Afroman características da identidade linguística do português angolano; **b)** explicar o sentido das unidades lexicais; **c)** discutir a relação entre língua e cultura angolanas; **d)** enumerar fatores socioculturais que participam na variação e **e)** demonstrar como o hip-hop é expressivo e fulcral na variação linguística dos jovens que serão futuramente adultos.

O artigo inicia debatendo sobre a situação sociolinguística do continente africano para depois emergir na realidade angolana, nosso local de pesquisa. Nessa parte foram apontados estudos iniciais da linguística africana, assim como a classificação das línguas faladas em Angola. Na segunda seção, discutiu-se os contextos da política e do planejamento linguístico que são fundamentais para a expansão ou para morte das línguas quando não há políticas protetoras desses idiomas. Naquele país há um grande número de línguas que estão em extinção (embora havendo pesquisadores que ainda não se aperceberam) devido a inexistência de políticas que protejam e promovam o ensino e expansão das mesmas. Na terceira seção discute-se os conceitos e as definições de ecolinguística e cultolinguística em contexto angolano. O conceito de cultolinguística é novo e trata das relações entre a cultura e a linguística que estão intimamente interligados. Há vários exemplos que mostram como os dois conceitos são ‘faces da mesma moeda’. A hipótese Sapir-Whorf revela essa relação intrínseca. Na quarta seção discute-se as questões da ligação entre a cultura hip-hop e a língua. Cantar *hip-hop* em português não é o mesmo que cantar em kimbumbo ou em kikongo. Há elementos intransponíveis de uma língua para a outra. Pode-se dar exemplos de idiofones que são elementos intransponíveis das línguas africanas para europeias. O recurso à rima, ao jogo de palavras e a criação semântica em palavras revela a preocupação dos artistas em aspetos linguísticos. Cada palavra é escolhida de forma minuciosa para que cause efeito na mente de quem escuta a música. Na quinta seção, a pesquisa apresenta a metodologia, os dados da pesquisa e discute para enfim, terminar com as considerações finais e a lista das referências.

1. Situação linguística na África e em Angola

Os primeiros estudos descritivos e de classificação sobre as línguas africanas foram realizados por americanos e europeus que vieram para África em missões religiosas e expedições exploratórias. Desses pesquisadores/linguistas pode-se citar Joseph Harold Greenberg (1915-2001), Malcolm Guthrie (1903-1972), Clement Martyn Doke (1893-1980), Wilnelm Heinrich Immanuel Bleek (1827-1875), Carl Friedrich Michael Meinhof (1857-1944) entre outros. Essas pesquisas deram uma contribuição importante para a linguística africana moderna ao fornecer um conjunto de dados que aceleram o aprofundamento de pesquisas na área.

Que fique clara a ideia de que antes da chegada dos europeus, os africanos tinham um tipo de ensino diferente do modelo europeu. Por exemplo, um rito de iniciação (prática cultural) é equivalente a uma faculdade/universidade porque é naquele espaço onde homens e mulheres, jovens e adolescentes aprendem e aperfeiçoam as regras de ser e de estar em sociedade no seu amplo espectro assim como se preparam sujeitos para se lidar com os entraves da vida e do mundo. A formação é feita em espaço isolado, longe do resto da povoação com auxílio de anciões e líderes comunitários que podem ser considerados hoje como docentes universitários. Não podemos ter amnésia histórica que não lembre que as primeiras duas universidades do mundo surgiram em África especificamente em Marrocos (Universidade al Quaraouiyyine, no ano 859) e no Egito (Universidade de Al-Azhar) no ano 988. Mais aprofundamentos sobre a conexão entre a língua e cultura discutiremos mais adiante.

A situação linguística africana é complexa. O continente africano possui quatro grandes famílias de línguas, nomeadamente nigero-congolesa (com 1436 línguas), afro-asiática (371 línguas), nilo-saariana (196 línguas) e koisan (35 línguas) dados que nos levam a estimar em mais de 2000 línguas, segundo dados de Heine e Nurse (2000) e Petter (2015). Este número, segundo Heine e Nurse não é fixo e definitivo, pois algumas línguas ainda estão sendo descobertas, outras descritas, outras padronizadas ortograficamente, mas outras estão desaparecendo pelo fato de serem faladas por uma minoria isolada. Uma das questões que se critica na pesquisa de Heine e Nurse (2000) é a falta de inclusão das línguas crioulas faladas por diversos povos da África. Muitas vezes, quando se fala de línguas africanas se exclui as línguas crioulas como se elas não fizessem parte do acervo cultural e linguístico dos povos africanos.

Discutindo sobre a “base portuguesa” em crioulos, Manuel e Timbane (2018) demonstram com exemplos que os crioulos possuem base de línguas bantu. O estudo demonstrou a existência de contribuição lexical de diversas línguas

africanas como o balanta, manjaco, mandinga, wolof entre outras. O crioulo pode ter herdado uma gama considerável do léxico de línguas europeias, mas também existe léxico de línguas africanas. A título de exemplo, a conjugação simplista dos verbos dos crioulos considerados de “base portuguesa” não possui nada relacionado com a conjugação do português. Em português, a flexão verbal mexe com a raiz do verbo mais os sufixos enquanto nas línguas bantu e no crioulo isso não acontece. Se a chamada “base” está apenas no léxico então é pouco sustentável afirmar que é de “base portuguesa”. Todas as línguas do mundo realizam o processo de empréstimos e estrangeirismos linguísticos. Desta forma seria importante a inclusão dos crioulos na lista das línguas africanas visto que se formaram em contexto territorial africano e tendo uma base de línguas africanas. Estudos de Pereira (2006), Hlibowicka-Weglarz (2007), Lefebvre (2004) e Tarallo e Alkmin (1987) e Couto (1996) relatam a existência de cerca de 16 pidgins e crioulos no mundo, a maioria localizada na costa ocidental de África.

Sobre a classificação das línguas bantu, Nurse e Philippson (2003:3) e Greenberg (2010) indicam 16 zonas: **A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S**. Angola ocupa as zonas **H, K e R**, Greenberg (2010) e Maho (2003) sendo que as línguas angolanas estão intimamente relacionadas às etnias. A “língua umbundo é falada pelo povo Ovimbundu; a língua kimbundu é falada pelo povo Ambundu; o grupo Bakonko fala a língua kikongo; os Tucokwe falam cokwe e; a língua kwanyama é falada pelo grupo Vakwanyama. Esta última língua é falada da região do Cunene. O grupo Vangangela fala a língua ngangela.” (Severo, 2015, p.8). Pesquisas de Jimbi (2018) e Bernardo (2017) apontam para umbundo como sendo a língua mais falada de Angola (22%) seguida de Kicongo (8%), kimbundu (7%), chokwe (6%), nhaneka e ngangela (3%), fiote, kwanhama, muhumbi (2%) e luvale (1%). O português é uma língua angolana de origem europeia que chegou em Angola durante processo da colonização e foi oficializada nas Constituições de 1975 e 2010 (Angola, 2010).

As línguas africanas em Angola são classificadas em três zonas: H, K e R, segundo Maho (2003). O Quadro 1 foi construído com base nos dados apresentados por Maho (2003) no capítulo “a classification of the bantu languages: an update of Guthries referential”.

Quadro 1: Classificação das línguas angolanas de origem africana

Zona	Grupo	Línguas
H	H10 Ki	H14: ndingi, ndinzi (Cabinda) H15: mboka (Cabinda) H16: kongo
	H20 kimbundu	H21: kimbundu H21a: mbundu, ngola H21b: mbamba
K	K10 Chokwe-luchazi	K11: chokwe K12b: ngangela, nyemba
R	R10 umbundu	R11: umbundu, mbundu, nano R12: ndombe R13: nyaneka R14: khumbi
	R20 Ambo (ndonga)	R21: kwanyama

Fonte: Adaptado de Maho (2003: 639-651)

Da lista das línguas bantu faladas em Angola se inclui as da família koi-san, nomeadamente Xun ou ju e maligo. Estudos de Janmbi classicam a língua Oshihelero como parte integrante da família koi-san (Jambi, 2018). O pesquisador Undolo, em sua tese de doutoramento relata a existência da língua vatwa pertencente à família koi-san falada pelos povo Vatwa que são de origem desconhecida e que “habitam especificamente as margens do rio Curoca e uma faixa estreita do deserto do Namibe e englobam duas pequenas comunidades: os Kwepe e os Kwisi (Undolo, 2014, p. 63). Está difícil determinar com exatidão quantas línguas da família koi-san faladas em Angola.

Comparando a distribuição das línguas, pesquisadores angolanos entrevistados informalmente durante a pesquisa reconheceram a disparidade entre os dados de Maho e realidade sociolinguística angolana. A distribuição é científica difere da distribuição sociolinguística real. As diferenças entre língua e dialeto ou variante ainda não são nítidas e muitas vezes discutíveis. Isso acontece porque pesquisas que fazem a descrição das línguas angolanas ainda estão sendo realizadas. Há vozes que defendem que o linguista não tem autoridade de definir o que é e o que não é língua numa determinada comunidade. A língua sendo uma construção social deve ser concebida à luz das ideias e da filosofia da comunidade que a fala para evitarmos repetir os erros das teorias eurocentristas da linguagem.

O português é uma língua angolana de origem europeia, pois já se observa o número crescente de falantes como língua materna. As línguas africanas, segundo

Petter (2015), Rodrigues (2011) e Ngunga (2015) adquirem várias funções no continente: línguas nacionais, étnicas ou ainda dialetos. Muitas delas não são oficiais e são relegadas aos usos informais de comunicação o que prejudica na sua expansão e difusão. A educação bilíngue seria um passo importante para a revitalização e expansão dessas línguas (Ndombele, 2017; Timbane e Vicente, 2017).

O português angolano (PA) é uma variedade do português que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas angolanas faladas naquele espaço geográfico. Zau (2011) considera que o PA resulta da evolução natural daquilo que se designou “pretoguês”. Bernardo (2017) discute que o PA resulta de um processo evolutivo e dinâmico das “condições sociais, históricas (contatos), geográficos que influenciam a produção discursiva dos indivíduos” (Bernardo, 2017:38).

É preconceito linguístico afirmar que só em Portugal é que se fala melhor português. Esta questão é muito bem discutida e rechaçada por Bagno (2015) em sua obra “Preconceito linguístico: o que é e como se faz.” Hoje podemos falar da existência do português brasileiro, português guineense, moçambicano e por aí em diante, constatação observada a partir de pesquisas científicas que descreveram essas variedades.

Vários estudos demonstram que “todas as línguas quanto culturas estão em constante contato, variando, mudando e criando novas influências aos membros da comunidade” (Timbane e Vicente, 2017: 91) e assim não seria diferente com o PA. As variações são influenciadas pelos fatores internos (léxico, semântica, fonologia, morfologia, etc.) e fatores externos (sexo, nível de escolaridade, redes sociais, faixa etária, etc.). Neste último fator interessa-nos observar como os jovens procuram variar o seu léxico na produção discursiva.

É importante diferenciar o léxico do vocabulário. O léxico resulta de uma operação perceptiva e cognitiva que relaciona o conceito a uma imagem acústica (signo linguístico) (Saussure, 2006). O léxico é entendido como o conjunto de todas as palavras existentes na língua. Portanto, as palavras que aparecem nas entradas dos dicionários constituem uma parte de um conjunto maior de palavras existentes no português. Este léxico é aprendido e estocado para a significação dos “conteúdos significantes da linguagem humana.” (Biderman, 1996: 27).

O vocabulário é o conjunto de palavras memorizadas e usadas por um indivíduo (idioleto). Desta forma, pode-se falar de vocabulário do cantor Yannick Afroman, do escritor José E. Agualusa, do político Jonas Savimbi, etc. Significa que o vocabulário é individual enquanto o léxico é mais geral. O léxico faz parte do acervo geral de uma língua e está localizado no sistema da língua. Segundo Timbane (2013, p. 9), os neologismos “podem ter origem na matriz interna (for-

mações ou recriações dentro da mesma língua) ou na matriz externa (palavras vindas de outras línguas: estrangeirismos e empréstimos)”.

2. Política linguística vs planejamento linguístico

Em Angola, a Constituição no seu artigo 19º (Línguas) determina que “1. A língua oficial da República de Angola é o português; 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010). A constituição de Angola prevê a valorização, a promoção e estudo das línguas africanas em Angola, mas não é o que se verifica na prática. Esta constatação lógica foi muito bem abordada na entrevista do Prof. Msc. Ezequiel Bernardo (UFSC, 2017), pois as línguas africanas aparecem na ‘Carta *Magna*’ só “para o inglês ver”. Afirmamos num tom forte porque até então, não há políticas claras e contundentes que projetem, valorizam e promovem as línguas africanas. Por isso mesmo muitas dessas línguas ainda não foram descritas outras correm risco de extinção. Em outras palavras, podemos apontar que em Angola ainda não houve consenso quanto a padronização ortográfica das línguas faladas, não há gramáticas nem dicionários impressos em línguas locais, assim como as escolas nunca receberam materiais em línguas locais como forma de incentivar e divulgar. A formação de professores em línguas africanas é quase inexistente em Angola e há pouco incentivo governamental na busca de registro e estudo dessas línguas. A prioridade n.º 1 é o português.

Se a língua dos concursos públicos, dos ingressos às universidades e das oportunidades for o português, então estamos longe de um planejamento linguístico real e inclusivo. Se o atendimento em instituições públicas (hospitais, ministérios, ensino, justiça, etc) for apenas em português, então estamos fazendo de contas que valorizamos e promovemos as línguas locais. Dois linguistas africanos foram desafiados em entrevista a responder a seguinte pergunta: Estão as línguas africanas em perigo? Perguntados sobre o perigo que as línguas nacionais angolanas e moçambicanas (Severo, Siteo e Pedro, 2014) incorrem, Bento Siteo (de Moçambique) e José Domingos Pedro (Angola) foram unânimes em assinalar que as línguas não estão em perigo. Pedro (2014, p. 85) apresenta sete razões que garantem a ausência de perigo nas línguas nacionais angolanas, mas essas razões não têm sustento se não houver uma execução prática de ações tanto do Governo angolano quanto dos angolanos em geral.

Em Angola, pode-se afirmar que não há literatura publicada em línguas locais apoiada pelo Governo com o fim de divulgar a riqueza linguística e literária existente no país. Não existe apoio nem fundo específico que impulsiona e incentiva

a produção científica em línguas nacionais, o que significa que as línguas são línguas incapazes para a produção do conhecimento. Mas isto não constituiu verdade, pois todas as línguas do mundo têm competências suficientes para lidar com o desenvolvimento das sociedades.

A política linguística está voltada “para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas” (Severo, 2013: 451). O planejamento seria a implementação prática das decisões dadas pela política linguística. Por exemplo, o ensino de português nas escolas corresponde ao planejamento.

O número de falantes de línguas africanas nos PALOP está reduzindo drasticamente nos últimos anos. Esse fenômeno resulta do planejamento e de políticas linguísticas adotadas pelos governos pós-coloniais (Severo, 2013) porque nenhuma língua africana (dos PALOP) possui até hoje, o estatuto de língua oficial (Abdula, Timbane e Quebi, 2017). Como forma de remediar, alguns PALOP introduziram de forma tímida a educação bilíngue na tentativa de proteger essas línguas. Mas isso não resolve a raiz do problema. Seria necessário que os governos estabelecessem políticas públicas que possam alavancar esta perda da identidade linguística africana. Seria necessário apoiar pesquisas que possam descrever essas línguas assim como a produção de materiais didáticos e literários que difundem e propagam as línguas.

Ainda na perspectiva da política e do planejamento linguístico (Calvet, 2007), precisamos compreender que o português brasileiro resulta da contribuição das diversas línguas africanas, europeias, asiáticas e americanas que se misturaram devido à colonização. Vários estudos linguísticos mostraram claramente que as variedades do português faladas na lusofonia não correspondem mais ao português europeu muito menos à norma popular usada na Europa.

O português deixou de ‘ostentar a bandeira’ português, o que significa que pertence a todos os lusófonos independentemente de origem, raça, etnia ou país de proveniência (Timbane, Santos e Alves, 2017). Isso significa que a comunidade lusófona apoderou-se da variedade europeia do português e adaptou segundo os contextos, a situações e a contextos reais de uso o que resultou nas diversas variedades que observamos e que precisam ser respeitadas e prestigiadas sem preconceito. As escolas dos PALOP ainda são preconceituosas com relação às suas variedades, resultado da ideologia colonial implantada pelo colonialismo (Bago, 2014, 2015).

Existem elementos linguístico-políticos que unem os lusófonos, mas existem elementos culturais que provocam distanciamento. O que acontece é que compar-

tilhamos uma norma-padrão que não corresponde à língua materna de ninguém e que funciona como instrumento de ascensão social. Essa norma-padrão discrimina a norma do ‘povão’ e nem considera as variedades e variantes existentes numa comunidade linguística. A escola precisa ter um fôlego suficiente para evitar ter elevado número de reprovações, pois a maioria das crianças que entram na escola chegam conhecendo uma ou mais línguas locais (indígenas no caso do Brasil e línguas bantu e crioulos no caso dos PALOP). Tanto no Brasil quanto nos PALOP encontramos situações de multilinguismo (Timbane e Vicente, 2017). As línguas locais não são oficiais e nem recebem o devido respeito por parte da política linguística. Sendo assim, precisamos pensar sobre como se pode resgatar as línguas locais e também como reduzir o preconceito com relação as variedades do português presentes no espaço lusófono.

Numa pesquisa intitulada “Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola”, Ndombele (2017) defende a educação bilíngue, projetando que as línguas nacionais devem **a)** dar a possibilidade de manutenção das línguas angolanas de origem bantu; **b)** contribuir para o desenvolvimento intelectual das crianças com dificuldades em Língua Portuguesa; **c)** contribuir para definição de Políticas Linguísticas em Angola; **d)** otimizar uma educação multicultural, integrando no currículo conteúdos sobre a cultura dos alunos e da sua comunidade; **e)** ajudar os alunos a conservar os seus valores, usos e costumes étnicos que lhe são transmitidos desde a sua tenra idade na sua língua materna (Ndombele, 2017, p. 84-85). Esta ideia de Ndombele vai ao encontro dos debates de Zau (2011) e aos de UNESCO (1996).

3. A ecolinguística e a culturlinguística em contexto angolano

Qualquer língua natural só faz sentido quando compreendida dentro do contexto cultural. A cultura é o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos inseridos numa determinada sociedade (Cuche, 1999). A cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que são transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Para Santos (2006), a cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade. Mas também pode ser um conjunto de conhecimentos, de ideias e de crenças, assim como às maneiras como esse conjunto de conhecimento se manifesta na vida social.

Falar de cultura angolana é falar de um conjunto de práticas que se estendem desde a língua até aos modos de ser e de estar. Se compararmos a cultura angolana em 1884 (partilha de África), 1975 (ano da independência) e 2018

(data da realização da pesquisa) veremos que houve uma mudança profunda na cultura, conseqüentemente na língua. Quer dizer, a história de um povo recebe uma influência direta dos aspectos histórico-políticos que ditam o ser angolano. Uma “cultura” classificada como “superior” tende a dominar uma outra considerada “inferior”. Por exemplo: Para uma etnia indígena brasileira estar vestido não significa portar casaco, camisa, gravata e sapatos. Essas vestimentas não representam “roupa” para aquele povo. Mas quando chega alguém com a mente ou cultura ocidentalizada dirá que os indígenas brasileiros estão nus, o que não corresponde à verdade, pois a tanga, o saíote ou os cintos que lhes cobrem o sexo feitos de penas de animais, folhas de plantas, entrecasca de árvores, sementes ou miçangas, pinturas e tatuagens fazem parte da vestimenta. Logo, o conceito “nudez” para o grupo indígena possui outros significados. Para os povos indígenas, ao trajar de casaco, camisa, gravata e sapato sem que tenha indumentárias da sua tribo você ainda não está vestido. Está nu. Concluímos esta parta apontando que a cultura é uma construção social e não existe uma cultura superior nem melhor que a outra. A cultura é como ela é para o povo que a pratica.

Os colonizadores não tiveram esse entendimento que estamos discutindo aqui. Entenderam que existem uma única cultura, a cultura ocidental e que quem não a conhece era considerado selvagem ou não assimilado. Por isso mesmo consideraram os povos africanos e americanos como povos sem civilização e que precisavam de uma educação moderna para que pudessem ser efetivamente humanos. Ora, estudos de antropólogos e sociólogos humanistas (e não eurocentristas) verificaram que o ser humano vive imbuído de uma cultura que lhe permite interpretar e compreender o mundo do seu jeito. Essa interpretação irá variar de grupo para grupo de etnia para etnia, de sociedade para sociedade. Assim, deve ser respeitado sem preconceito.

Toda variação linguística é incentivada pela cultura, pela tradição, pelo desenvolvimento econômico e político que se apresenta em cada lugar geográfico. A língua, segundo Kramsch (2014), é um sistema de signos que tem dentro de si um valor cultural. Os falantes identificam-se através da língua, no seu uso e, assim, eles veem a língua como um símbolo da sua identidade social. A proibição da sua utilização é, muitas vezes, percebida pelos falantes como uma rejeição de seu grupo social e da sua cultura (Kramsch, 2014). A língua está ligada à cultura, e a cultura é muitas vezes expressa pela língua, daí o termo cultulinguística. Estudos sobre as relações entre língua e cultura já possuem contribuições importantes como as de Sapir (1969), Kramsch (2014), Câmara Jr. (1955), Risager (2006), Dingwaney e Maier (1995) entre outros.

Por outro lado, a ecologia é uma ciência multidisciplinar que estuda as relações entre os seres vivos (animais e plantas) entre si e com o meio orgânico e inorgânico em que vivem. A língua se relaciona com fatos do meio ecológico. A ecologia é o “ramo da biologia que compreende as inter-relações entre plantas e animais e os seus meios ambientes inteiros” (Couto, 2007: 39). A ecolinguística é o “estudo das relações entre língua e meio ambiente” (Couto, 2007: 41). Ela se interessa pela relação entre a linguagem e o meio ambiente em que a Comunidade de Fala se localiza (Couto, 2007; Couto e Couto, 2017) o que significa que o espaço geográfico/ambiental em que os falantes ocupam exerce uma pressão preponderante na construção da língua principalmente em nível do léxico. As condições ambientais sugerem um discurso novo, um discurso ‘politicamente correto’ que de certa forma contribui para o combate contra a degradação ambiental e sensibiliza a sociedade na necessidade de preservar o meio ambiente. Vários estudos sobre a ecolinguística foram suficientemente publicados desde Edward Sapir, Einar Haugen, Alwin Fill, Louis-Jean Calvet, Salikoko S. Mufwene, Hildo Honório do Couto e muitos outros.

O neologismo ‘cultulinguística’ foi criado para designar as relações entre a língua e a cultura. A ecolinguística já foi suficientemente estudada, lida com as relações entre a língua e o meio ambiente (Couto, 2007; Couto et. al., 2016). Tanto a ecologia quanto a cultura se entrelaçam e interferem na linguagem humana e é discutível estudá-los separadamente. São, na nossa modesta opinião, elementos inseparáveis na vida da sociedade e, conseqüentemente nos fenômenos linguísticos. Por isso é perigoso deixar desaparecer as línguas africanas porque é uma cultura milenar que está em jogo.

Com relação à Linguagem vs meio ambiente (ecolinguística) precisamos compreender que o léxico é a parte mais evidente da língua (Timbane, 2014). Segundo Sapir (apud Couto, 2009: 166) o léxico da língua “é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes”. A atribuição do nome não é aleatória nas tradições bantu e está ligada ao ambiente, à cultura e aos contextos ambientais em que a “comunidade de fala” (Couto, 2007: 231) está inserida. A mente é um fator ecológico, segundo Mufwene (2016) porque é onde se depositam os traços e os significados sociais, isto é, “é o *locus* da existência e competição entre línguas” (Weinreich, apud Mufwene, 2016: 490). Couto (2009) apoia a ideia de Sapir (1969) quando afirma que a língua pode, em princípio, sofrer influências do ambiente quanto a seu assunto ou conteúdo, isto é, o léxico; talvez não quanto ao sistema fonético nem quanto à forma gramatical, que compreenderia a morfologia e a sintaxe.

Existe um Meio Ambiente mental que “é constituído pela infraestrutura cerebral e os processos mentais que entram em ação na aquisição, armazenamento

e processamento da linguagem.” (Couto, 2007: 20). Muitos nomes de plantas, de animais, coisas e fenômenos que ocorrem num espaço geográfico dependem muito mais do ambiente em que os falantes estão envolvidos. Por exemplo, Sapir dá exemplo de neve, que em países onde não ocorre esse fenômeno ambiental é designando neve apenas. Mas em zonas onde ocorre a neve existem tipos e formas de neve. Essa diferenciação se funda devido aos contextos socioambientais em que os falantes estão envolvidos. Para Mufwene (2016: 494), a

mente é o motor mais importante da evolução, uma vez que filtra todas as influências vindas de fora e de dentro do falante. Isso é evidente até mesmo em pidgins incipientes, que, além de refletirem mudanças drásticas na estrutura da língua lexicadora, continuam sendo línguas humanas mesmo assim.

Essas todas reflexões nos fazem pensar que a mudança nos nomes de lugares e o aportuguesamento dos diversos nomes originais das tradições está influenciando as relações entre a sociedade e meio ambiente. Por exemplo, o nome da região de Uíge (ao Norte de Angola) tinha sido mudado pelos portugueses para Vila Marechal Carmona. Essa mudança prejudicou bastante na identidade cultural do povo bakongo. Felizmente depois da independência houve retomada do nome original do povo bakongo que é Uíge que significa “terra do Bago vermelho”. Na cidade de Maputo (Moçambique) aconteceu em 2016 a renomeação das unidades administrativas autárquica: kaNlhamankulu, kaMavota, kaMubukwana, kaNyaka, etc. que são nomes que carregam a história, a cultura e o ambiente local.

A presença humana num determinado espaço ambiental é que faz acontecer a ecolinguística e a existência do ser humano num determinado espaço provoca interações cultulinguísticas. As línguas africanas, a cultura e o meio ambiente têm muito a dizer para as teorias eurocentristas, uma vez que os resultados dos estudos feitos com línguas europeias nem sempre coincidem quando confrontados pelas línguas africanas. Um dos exemplos mais profundos é relativo ao signo linguístico. Para Saussure (2006) o signo linguístico é arbitrário, mas as línguas bantu têm demonstrado o contrário a teoria saussureana ao provar que o signo em muitas línguas bantu é motivado. A seguir daremos enfoque a questões de identidade da cultura hip-hop e sua relação com a linguística.

4. Questões linguísticas e da cultura Hip-Hop: uma afirmação da identidade

Quando afirmamos na seção anterior que a língua é ao mesmo tempo cultura é necessário compreender de que perspectiva está-se falando. Nesta seção traremos evidências sobre como o Hip-Hop pode ser um alicerce para expansão da cultura (Souza, 2007). Para isso iniciamos com a seguinte problemática: É unanime nas

línguas e culturas europeias afirmar que ‘o sol NASCE no oriente’? Será que o Sol NASCE mesmo? Quando se afirma que algo NASCE é que se espera que um dia morra. Os seres vivos são assim. Para a visão dessas culturas e línguas o Sol NASCE. Logicamente, quem afirma que o Sol NASCE” concorda com a tese de que em algum momento irá morrer ou desaparecer para não voltar mais. Uma vez desaparecido ou morto, precisa nascer outro em substituição para que tenhamos o novo dia, o novo clarear. Logo, na visão da referida sociedade nascem 365 *Sols (?) e morrem 365 num ano. Mas o mesmo não vale para a Lua e as estrelas. Por que estas não nascem? É porque o seu “nascimento” e “morte” raramente é notável. Logo, eles aparecem e não nascem.

Essa é a percepção que algumas culturas enxergam de um fenômeno. O Sol jamais NASCE, apenas a terra é que se move e faz sombra (correspondente à noite) e se vira para o Sol (correspondente ao dia). Não se trata de nenhum nascimento nem da morte, apenas a percepção que os sujeitos têm com relação a cultura. Conclui-se que podemos estar observando um mesmo fenômeno, mas a interpretação variará segundo a cultura que conduz a percepção do mundo. Para a cultura dos povos tsonga de Moçambique e da África do Sul, o Sol não NASCE, mas sim clareia (*a vuxa ou kuxa*), quer dizer, *Djambu ri xile* (o Sol nasceu) e o pôr do sol corresponde a “entrar” (*kupela*), quer dizer, *Djambu ri pelile* (o Sol se pôs).

Este exemplo, ilustra que os fenômenos da sociedade são analisados na base da cultura. Logo o hip-hop sendo uma cultura será analisada em diferentes perspectivas. No que toca ao aspecto cívico, o hip hop “oferece espaço identitário e sociabilidade para seus integrantes, jovens, do sexo masculino, mestiços, com grau de escolaridade baixa e pobres, que excluídos, encontram no movimento a sua tribo” (Souza, 2007, p. 12).

O hip-hop surge em regiões da periferia das grandes cidades. Constitui um grupo populacional rejeitado e colocado à margem pelo centro do Poder, por isso mesmo as suas letras das músicas falam do cotidiano: falta de emprego, pobreza, falta de oportunidades, abandono escolar e “A exaltação das diferenças, na sociedade pós-moderna, torna-se explícita através das tribos urbanas. Podemos constatar que ser diferente de alguns sendo **igual** a outros é a máxima do individualismo contemporâneo.” (Souza, 2007, p. 10, grifo a autora). Segundo Meneses e Costa (2013, p. 393)

O campo ético-político que circula no movimento hip-hop adota como princípios: liberdade, justiça, igualdade, paz, unidade, respeito e diversão, dentre outros. Isso posiciona o movimento socialmente, corroborando o campo de luta de outros movimentos sociais, e o coloca em pontos de disputa interna e externa ao movimento, à medida que o movimento negocia, tensiona, concorre com outros valores sociais alinhados ao sistema vigente.

Segundo Canclini (apud Meneses e Costa, 2013) a cultura implica movimentos de reconhecimento e de redistribuição, investimentos para o desenvolvimento artístico dos jovens, via formações e intercâmbios. Os conflitos sociais provocados pelo movimento hip-hop colocam-se especialmente em três elementos: o primeiro deles diz respeito à questão da juventude pobre no contexto da sociedade de consumo; o segundo refere-se à mídia e à relação com a indústria cultural; e o terceiro, à afro-descendência. Há esforço para dar visibilidade às diferentes facetas que as desigualdades vivenciadas pelos jovens hip-hoppers assumem no cotidiano e que provocam diversas fragilidades e dificuldades para a garantia da sobrevivência desse segmento social (Meneses e Costa, 2013; Timbane e Vicente, 2017).

Muitas letras do hip-hop constituem o que chamamos de provérbios. As tradições dos povos bantu em especial são pela oralidade e percebe-se como os jovens procuram retomar as tradições usando frases que nos remetem aos provérbios. Tal como afirma o professor angolano Ezequiel Bernardo em sua entrevista ao *Canal do Instituto de Estudos Latino-Americanos* os provérbios dizem mais do que discursos. Uma forma tradicional e milenar de apontar e abordar os problemas angolanos seria por meio dos provérbios. Não é por acaso que os jovens do hip-hop usam com frequência. Os jovens do hip-hop não são apenas o berço de ideias sociais, da política e da economia. São o berço da variação e da mudança linguística. Ocorre a todo momento um conjunto de neologismos de todo tipo. Na seção a seguir veremos um conjunto de unidades lexicais criados no âmbito de expressão do hip-hop (e em outros estilos musicais) que se enraizou na variedade angolana do português.

5. Analisando as letras das músicas de Yannick Afroman

A presente pesquisa se baseia na análise de músicas do cantor angolano Yannick Afroman. O cantor iniciou sua carreira em Paris (França) em 1989 cantando *Freestyle* e depois formou o primeiro grupo em Angola composto por Mumu e Kitesss. Em 1999, lança o primeiro *track* promocional que deu maior fama no estilo hip-hop. Em dezembro de 2008 ganhou o maior recorde de vendas do seu primeiro CD (Mentalidade). Os principais assuntos apresentados nas músicas estão relacionados a vida política, cultural e social (pobreza, amor, amizade, ódio, ciúmes, traição, diferenças do gênero, a vida e problemas da vida na cidade, etc.)

A pesquisa é bibliográfica cruzada com a do campo. O material coletado não foi submetido à Comissão de Ética visto que se trata de material de domínio público. Os dois álbuns coletados são a) “Mentalidade” (2008, 17 músicas, 1h15min) e b) “Terra a terra” (2013, 19 músicas, 1h11min) cujas listas das músicas se pode conferir em anexo. Para as análises foi necessário transcrever todas as músicas

para melhor analisar os fenômenos linguísticos em causa. Os itens observados foram: **a)** a ocorrência de unidades lexicais do português angolano; **b)** a presença de empréstimos linguísticos de outras línguas não angolanas, **c)** a semântica de angolanismos e **d)** a presença de elementos culturais (provérbios, tradições).

Da pesquisa se observou que os angolanismos são presentes nas letras das músicas. Observa-se a entrada de palavras vindas das línguas angolanas. É o caso de *kota, camba, cumbú, jamba, funge, mbila, mwangolé*, entre outras. Há novos verbos que se incorporam no PA: *zungar, sexiar, bazar, corniar, tchilar, invejar*. Há variação semântica: *taxi, raias, cabrito, massada, babado*. Foram identificadas expressões do tipo “já tou em piloto”; “vou partir braço”, “Você quer se importar”. Foram identificados empréstimos do inglês: *brada, man, nigga, selfie*, etc. Identificou-se a presença de abreviaturas no português: *tamo* (estamos), *tá mbora, tuga, tamu, telelé, fu*. A palavra *wi* significa ‘amigo’, mas também pode significar ‘ele’. Há palavras específicas dos jovens como *laton* (masculino) e *latona* (feminino). Ambas designam alguém que tem pele mais clara ou aquele que tem mais dinheiro. As palavras *rijo e gato* carregam valores semânticos que só podem ser compreendidas em contexto angolano. Vejamos os exemplos a seguir. Utilizou-se os códigos **AM** para ‘álbum Mentalidade’, **AT** ‘álbum Terra a terra’ e **M** para ‘música’:

- Ex.1: “Isto é uma festa e não é óbito” (AM, M3)
 Ex.2: “...também estou com gato, estou a travar com jantas...” (AM, M 4)
 Ex.3: “...é tipo emprestar num camba íntimo...” (AM, M4)
 Ex.4: “...basta andar a pé é que ancorou...” (AM, M5) significa voltou a pobreza
 Ex.5: “...A arca já está cheia e já não tem espaço...” (AM, M15) geladeira
 Ex.6: “...para comer tem de vender gelado de mukwa...” (AM, M15)

Os exemplos de 1 a 6 ilustram como o autor procura aproximar sua linguagem à variedade angolana de português. Os termos destacados são comuns na fala dos angolanos e os seus sentidos semânticos: *óbito=velório, gato=sem dinheiro, camba=amigo, ancorou=pobre, arca=geladeira*. A palavra “gato” nesse contexto é usada para designar uma situação de falta de dinheiro e “travar com jantes” significa atravessar uma situação de sufoco financeiro.

Um provérbio é uma expressão ou frase que expressa uma verdade baseada no senso comum ou experiência. Os provérbios nas músicas se baseiam em línguas e tradições angolanas. Os exemplos a seguir ilustram isso.

- Ex.7: “...A carta morre na mesa...” (AM, M1)
 Ex.8: “...não provoque o dragão quando está em digestão...” (AM, M1)
 Ex.9: “...a mulher é como um pássaro, se lhe apertar muito sufoca, se lhe largar muito ela voa...” (AM, M17)
 Ex.10: “...não procuras chamar atenção defeca só, as moscas virão...” (AT, M 4)

Afroman usa por diversas vezes a expressão *mwangolé* como equivalente a “pátrio” que designa “cidadão angolano”. Por ex: “...mwangolé é solidário...” para dizer “angolano é solidário”. Outro exemplo é: “Eu tava bem pausado no kúbico...”. Na frase as palavras *pausado* e *kubito* significam “descansando” e “casa” respectivamente. Esses neologismos lexicais enriquecem a variedade angolano trazendo uma identidade própria inexistente nas outras variedades. Na frase “Único cem que tive aí já fiz com ele *kilape*” significa ‘único cem kwanzas/dólar que tive emprestei a uma pessoa’. E outros contextos, a palavra *kilape* pode significar “ir ao mercado informal” ou comprar a fiado.

Quadro 2: Alguns angolanismos identificados em Afroman

ANGOLANISMO	PORTUGUÊS	ANGOLANISMO	PORTUGUÊS
<i>maka</i> *	problema	<i>mambo</i> *	coisa ou pênis
<i>fixe</i>	bom	<i>xé</i>	alô
<i>brada</i>	irmão	<i>tás armado</i>	está pensando
<i>kumbú</i> *	dinheiro	<i>madjices</i> *	peçoas/amigo
<i>bisnar</i>	roubar, negociar	<i>kota</i> *	peçoas mais velha
<i>malaíke</i>	admirado	<i>mboa</i> *	mulher
<i>raia</i>	óculos	<i>laton/latona</i>	mulato/a

Outras unidades lexicais que fazem parte dos angolanismos são *panco* (admirado, surpreendido), *mbumbu* (negra), *banda* (local, lugar, sítio), *pula* (peçoas branca), *tuga* (Portugal), *bicuata* (peçoas). Outras expressões mais comuns no português angolano são: “Amigo da onça” (peçoas que não dá para depositar confiança); “O game está violento” (está difícil, complicado, duro) e “Não maya” (não falha). Tal como Ndombele (2017) aponta da questão linguística no português de Angola marcada pela presença de termos ou melhor, empréstimos provenientes das línguas bantus e koisan faladas pela grande maioria dos *mwangolês* (angolanos). As palavras em * provêm de línguas bantu angolanas.

Considerações finais

O português falado em determinadas regiões de Angola é influenciado pelos aspectos culturais locais provocando a variação do português que chegou com a colonização. Em Angola, independentemente da dimensão territorial e da densidade demográfica, a situação linguística e cultural decorre de fatores históricos e sociais. Assim, no país, coexistem várias línguas locais junto como o português pelo estatuto de oficialidade que carrega. Para além das interferências das línguas angolanas no português observa-se a interferência de línguas dos imigrantes no caso específico dos congolese do Congo Kinshasa e Brazaville que se instala-

ram no país antes e após a independência Nacional. Essa diversidade transforma Angola num país cada vez multiétnico, plurilíngue e pluricultural.

As músicas de Afroman revelam claramente a tendência do português angolano que parte dos jovens e se expande para outras faixas etárias. Os jovens de hoje serão adultos de amanhã. Então, espera-se que o português das próximas décadas seja o espelho do atual. Nota-se claramente que as letras do artista em estudo (e de outros músicos angolanos) procuram se aproximar à norma angolana do português usando expressões, vocabulário e construções sintáticas próprias dos angolanismos. Ao escutar/ler as letras das músicas compreende-se facilmente que o cantor marca a sua identidade sociocultural.

Da pesquisa produziu uma lista de vocabulário constituído por 157 angolanismos. Essas unidades lexicais têm uma alta frequência de uso, que significa que não apenas os jovens as usam, mas também adultos. A criatividade lexical recria a língua e faz com que esta se torne cada vez mais dinâmica.

Sendo assim, as letras das músicas dos cantores angolanos revelam traços característicos da variedade angolana do português. A pesquisa identificou traços linguísticos da variedade angolana do português nas letras das músicas de Yannick Afroman, características da identidade linguística do português angolano. Explicou-se o sentido das unidades lexicais presentes no português angolano assim como a sua relação entre língua e cultura angolanas. Demonstrou-se com exemplos que o hip-hop é expressivo e fulcral na variação linguística dos jovens que serão futuramente adultos.

Retomando as hipóteses iniciais confirma-se a presença de angolanismos lexicais e semânticos. Confirma-se a presença de empréstimos provenientes das línguas angolanas características da variedade. Essas unidades lexicais carregam elementos históricos e culturais e vão se expandindo para as diversas faixas etárias. Terminamos confirmando que o PA é uma realidade e precisa ser estudado para que haja produção de dicionários e gramáticas que ajudariam no ensino de português nas escolas angolanas.

Referências

- Abdula, R. A. M.; Timbane, A. A.; Quebi, D. O. (2017). As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno nos PALOP. *RILP*. Série 4, n.º 31, p. 23-46.
- Afroman, Y. *Mentalidade*. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MkvEJgY-dI0U>>. Acesso em 20 jul. 2018.
- Afroman, Y. *Terra a terra*. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CO3-KpC-F0mQ>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- Angola. (2010). *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional.

- Bagno, M. (2014). *Língua, linguagem, linguística*. São Paulo: Parábola.
- Bagno, M. (2015). *Preconceito linguístico*. 56.ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- Bernardo, E. P. J. (2017) Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *RILP*, Lisboa, n.º 32, IVsérie, p. 37-52.
- Biderman, M. T. C. (1996). Léxico e vocabulário fundamental. *Alfa*, São Paulo, n.º 40, p. 27-46.
- Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola.
- Câmara JR., J. M. (1955). Língua e cultura. *Letras*. v. 4, p. 51-59.
- Couto, H. H. (1996). *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília:UnB.
- Couto, H. H. (2007). *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus.
- Couto, H. H. (2009). “Língua e meio ambiente”. *Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v. 17, n.º 1, p. 143-178, jan./jun.
- Couto, H. H. et al. (2016). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. v. 2. Goiânia: Ed. UFG.
- Couto, H. H.; Couto, E. K. N. N. (2017). Ecologia das relações espaciais: as preposições do crioulo-português da Guiné-Bissau. *RILP*. Série 4, n.º 31, p. 177-208.
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC.
- Dingwaney, A.; Maier, C. (1995). *Between languages and culture: translation and cross-cultural texts*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Greenberg, J. H. (2010). Classificação das línguas da África. In: Ki-Zerbo, Joseph (Org.). *História geral da África: Metodologia e pré-história da África*. v. 1. Brasília: UNESCO.
- Heine, B.; Nurse, D. (2000). *African languages: an introduction*. Cambridge: CUP.
- Hlibowicka-Weglarz, B. (2007). A origem dos crioulos atlânticos e asiáticos (hipótese monogenética). *Estudos Hispânicos*, v. 15, p. 225-233.
- Jimbi, B. I. (2018). A reflection on the Umbundu corpus planning for the Angola education system: towards the harmonization of the Catholic and the Protestant orthographies. *Actas do XIII Congresso Internacional de Linguística Xeral*. Vigo, p. 475-482.
- Kramersch, C. (2014). *Language and culture*. London: OUP.
- Labov, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Lefebvre, C. (2004). *Issues in the study of pidgin and creole languages*. series 70, Amsterdam: JBPC.
- Maho, J. (2003). «A classification of the bantu languages an update of Guthrie’s referential system. » in: Nurse, Derik; Philippon, Gérard. (Ed.). *The Bantu languages*. Londres: Routledge. p. 639-650.
- Manuel, C.; Timbane, A. A. (2018). Os crioulos em África são línguas de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. Comunicação. *V Semana –UNILAB/Malês*, São Francisco do Conde (BA).
- Menezes, J. A.; Costa, M. R. (2013). Posicionamentos e controvérsias no movimento hip-hop. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n.º 2, p. 389-396. abr.-jun.

- Mufwene, S. (2016). “Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas”. in: Couto, Hildo Honório do. et al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. v. 2. Goiania: Ed. UFG. 473-500.
- Ndombele, E. D. (2017). Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. *RILP*. IV Série n.º 31, 2017, p. 69-88.
- Ngunga, A. (2015). *Introdução à linguística bantu*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária.
- Nurse e Philippson (2003). *The bantu languages*. London/New York: Routledge.
- Pedro, J. (2014). Estão as línguas nacionais em perigo? in: Severo, Cristine; Siteo, Bento; Pedro, José. (Org.). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora, p. 77-88.
- Pereira, D. (2006). *Crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Petter, M. (2015). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto.
- Risager, K. (2006). *Language and culture: global flows and local complexity*. Clevedon: Multilingual Matters Ltda.
- Rodrigues, Â. L. (2011). *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*, Campinas, SP: Unicamp/Fap.
- Santos, J. L. (2006). *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Sapir, Edward (1969). *Linguística como ciência*. Trad. J. Mattoso Câmara. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- Saussure, F. (2006). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- Severo, C. G. (2013). “Política(s) linguística(s) e questões de poder.” *Alfa*. São Paulo, v. 57, n.º 2, p. 451-473.
- Severo, C. G. (2015). Línguas e políticas linguísticas em Angola. in: LEITE, I. B.(Org.). *Línguas atuais faladas em Angola: Entrev. com Daniel P. Sassuco*. Florianópolis: NUER. p. 7-13.
- Severo, C.; Siteo, B.; Pedro, J. (Org.).(2014). *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora.
- Souza, R. M. V. de. (2007). *Cultura hip-hop e Identidade e Sociabilidade: estudo de caso do movimento em Palmas*. Bocc. p. 1-12. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/souza-rose-cultura-hip-hop.pdf>. Acesso em 29 ago.2018.
- Tarallo, F.; Alkmim, T. (1987). *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática.
- Timbane, A. A. (2013). A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. *Caligrama*. v. 18, n.º 2, p.7-30.
- Timbane, A. A.; Vicente, José Gil. (2017). O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. *RILP*, Lisboa, IV série, n.º 31, p. 89-110.
- Timbane, A.A.o (2014). “Análise sociodiscursiva da saudação do grupo étnico-linguístico Tsonga de Moçambique.” *Educação, cultura e educação*. ECS, Sinov, v. 4, n.º 2, p. 90-105.
- Timbane, A. A.; Santos, I. S.; Alves, M. J. (2017). “Os caminhos da variação léxico- semântica no Brasil, em Portugal e em Moçambique”. In: Paula, Maria Helena de; Santos, Márcia Pereira dos; Peres, Selma Martines (Org.). *Perspectivas em estudos da linguagem*. São Paulo: Blucher. p. 73-90.

Undolo, M. E. S. (2014). *Caracterização da norma do português em Angola*. 330 p. Tese. Doutor em Linguística. Universidade de Évora. Évora.

UFSC/Instituto de Estudos Latino-americanos. Entrev. ao Mestre Ezequiel Bernardo. Angola: a luta pelo direito à língua 29 maio. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=AitWRg-za-3Y>>. Acesso em: 03 ago.2018.

UNESCO (1996). *Declaração Universal de Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO.

Zau, D. G. D. (2011). *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese. 204p. Doutorado em Linguística. Departamento de Letras. Universidade de Beira Interior. Covilhã.

Data receção: 03/07/2018

Data aprovação: 02/08/2019

Anexo 1

Quadro 3: Relação das músicas e álbuns

ALBUM: “MENTALIDADE”	ALBUM: “TERRA A TERRA”
1. Um, dois, três	1. Querem assim
2. Mentalidade Feat. Steve	2. Salta salta
3. Levanta Feat. Cleff.	3. Quem começou
4. Amanhã mais Feat. Cleff	4. Lição de vida
5. Vai e vem Feat. Yola Semedo Nigga Be	5. Tudo mudou
6. Controla-se Feat. Toto	6. Ainda existe amor
7. Coisa mínima	7. Não vamos ir
8. Pesadelo Feat. Konde	8. Quem e você
9. Vamos ir aonde	9. De um lado por outro
10. Que fez a mulher? Feat. Paul G. e Sanatra Cordeira	10. Pode ir
11. Pra que? Feat. Paul G.	11. Amigo não age assim
12. Pelo menos bom dia Feat. Matias Damásio, Lembinha	12. Homem ou mulher
13. A luta	13. Pim pam pum
14. Traz azar	14. Chupa dedo
15. Possas	15. Uno
16. Estou a desconfiar	16. Vou correr;
17. Algo comum	17. Algo está mal
	18. Sou feliz
	19. A vergonha mata ft. KO